

Sumário

PARTE I INTRODUÇÃO

Capítulo 1 ► Noções fundamentais	43
1. Teorias sobre os sistemas de justiça	43
2. Três conceitos fundamentais: justiça, portas de acesso à justiça e problema jurídico	45
3. Administração judiciária e administração da justiça	47
4. O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça	48
5. A inserção deste tema no objeto de preocupação dos processualistas	50
Capítulo 2 ► Panorama histórico	53
1. Generalidades	53
2. Atos normativos gerais	54
3. Decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral	93
4. Diretrizes jurisprudenciais do sistema de justiça multiportas: sistematização da visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	127
Capítulo 3 ► Características do sistema brasileiro de justiça multiportas	131
1. Introdução	131
2. Auto-organização: construção paulatina, progressiva e sem planejamento	132
2.1. Introdução	132
2.2. A interação entre sujeitos integrantes do sistema de justiça multiportas	135
2.3. O Conselho Nacional de Justiça no sistema brasileiro de justiça multiportas	136
3. Abertura	136
3.1. Sujeitos	136
3.2. Abrangência de todos os modos de solução de problemas jurídicos	139
3.3. Portas	141
3.4. Fontes	143
3.5. Formas processuais	144
3.6. Conclusão parcial: sistema brasileiro de justiça multiportas como um <i>ever-expanding system</i>	145
4. Preferência pela solução consensual (§§ 2º e 3º do art. 3º do CPC)	147
5. Adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico	151
5.1. Generalidades	151
5.2. A teoria das capacidades institucionais	152
5.2.1. Generalidades	152
5.2.2. O papel da deferência judicial em matérias políticas e técnicas	158
5.2.3. A não decisão pelo Poder Judiciário	159

5.3. A dinamicidade do juízo de adequação.....	162
5.4. A adequação de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. A situação dos grupos vulneráveis.....	164
5.5. O controle da adequação.....	164
6. Integração.....	168
6.1. Generalidades. O CPC como diploma normativo central de organização do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	168
6.2. Interação indireta.....	172
6.3. Interação direta: sem coordenação ou com coordenação.....	174
6.4. Repercussões do caráter integrado do sistema sobre o regime jurídico aplicável aos sujeitos que nele atuam.....	178

PARTE II

MODOS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

Capítulo 4 ► Soluções consensuais	185
1. Generalidades.....	185
2. Negociação direta.....	187
2.1. Generalidades.....	187
2.2. <i>Collaborative law</i>	188
3. Com a participação de terceiro.....	190
3.1. Conciliação e mediação.....	190
3.1.1. Distinções e semelhanças.....	190
3.1.2. Normas que regem a conciliação e a mediação.....	192
3.1.3. Centro de solução de conflitos.....	196
3.1.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC.....	197
3.1.5. Comissões de Soluções Fundiárias. A figura das visitas técnicas.....	199
3.2. Avaliação imparcial de terceiro.....	200
3.3. Justiça restaurativa.....	202
4. Negócios de certificação.....	204
5. Acordos empresariais de família.....	205
6. Homologação judicial de acordo extrajudicial.....	206
6.1. Histórico e fundamentos normativos.....	206
6.2. Função homologatória de autocomposição do Poder Judiciário.....	209
6.3. Aspectos gerais sobre a homologação judicial de acordo extrajudicial.....	212
6.4. Análise do acordo e a questão da homologação parcial.....	213
7. A consensualidade e o Direito Público.....	215
7.1. Generalidades.....	215
7.2. Objeto do problema jurídico.....	217
7.3. Modo de solução do problema jurídico.....	218
7.4. Aplicação de sanções administrativas.....	220
Capítulo 5 ► Heterocomposição.....	225
1. Generalidades.....	225
2. Algumas palavras sobre heterocomposição e jurisdição.....	226
3. Motivação.....	227

4. Heterocomposição e respeito aos precedentes.....	231
4.1. Generalidades	231
4.2. Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	232
4.2.1. Dever de uniformização da jurisprudência	232
4.2.2. Dever de coerência	233
4.2.3. Dever de integridade.....	235
4.3. O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	237
4.4. Perspectiva externa	242
4.4.1. Generalidades e o dever de consultar.....	242
4.4.2. Arbitragem e precedentes judiciais.....	244
4.5. Reclamação contra ato de ente administrativo ou de controle.....	245
5. Imparcialidade.....	252
5.1. Generalidades	252
5.2. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	253
5.3. Sobre a imparcialidade na arbitragem. O dever de revelação.....	256
5.3.1. Generalidades	256
5.3.2. Consequências da violação do dever de revelação.....	259
Capítulo 6 ► Autotutela	263
1. Conceito	263
2. A reabilitação da autotutela	264
3. Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	265
4. A autotutela na legislação brasileira	269
5. Modalidades de autotutela.....	274
6. Autotutela de origem convencional	276
7. A autotutela administrativa: aspectos processuais	281
7.1. Autoexecutoriedade e interesse de agir.....	281
7.2. Anulação dos próprios atos	283
7.2.1. Autotutela administrativa e devido processo	283
7.2.2. Consideração das consequências práticas da decisão.....	284
7.2.3. Preservação da estabilidade, integridade e coerência	285
Capítulo 7 ► Execução extrajudicial.....	287
1. Introdução.....	287
2. Execução extrajudicial e autotutela	288
3. Modalidades de desjudicialização da execução.....	290
4. O agente de execução	292
5. O contrato de administração fiduciária de garantias	294
5.1. O agente de garantia e a execução extrajudicial.....	294
5.2. Agente de garantia e outros agentes fiduciários.....	295
6. Panorama legislativo	296
6.1. Execução hipotecária (a Lei n. 14.711/2023 e a revogação da disciplina prevista no Decreto-Lei n. 70/1966).....	296
6.1.1. O Decreto-Lei n. 70/1966	296
6.1.2. Execução hipotecária na Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias)...	298
6.2. Execução do contrato de alienação fiduciária de imóvel (Lei n. 9.514/1997)	300

6.3. Execução do contrato de alienação fiduciária de bem móvel (Decreto-Lei n. 911/1969)	304
6.4. Adjudicação compulsória extrajudicial	308
6.5. Conclusões parciais	310
7. Propostas legislativas	310
7.1. Generalidades	310
7.2. Experimentos jurídicos de regulação e execução extrajudicial	313
8. Desjudicialização da execução independentemente de modificação legislativa	315
8.1. Cooperação interinstitucional	315
8.2. Execução extrajudicial convencional	317
8.2.1. Generalidades	317
8.2.2. <i>Smart contracts</i> e execução extrajudicial convencional	318
9. Conclusão: a execução sob a perspectiva da justiça multiportas	318

PARTE III NORMAS E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 8 ► Acesso à justiça e inafastabilidade da jurisdição	325
1. Acesso à justiça em um sistema de justiça multiportas	325
2. Diretrizes para a compreensão do novo conteúdo dogmático do acesso à justiça	330
2.1. Pluralidade de instâncias (estatais ou não)	330
2.2. O direito de informação	331
2.3. Observância dos direitos processuais fundamentais	331
2.4. A análise de capacidades institucionais	331
2.5. O exame de adequação	331
2.6. O juízo referencial	333
3. Acesso à justiça sob a perspectiva do juízo de adequação e o papel do Poder Judiciário ...	333
4. O conteúdo da garantia da inafastabilidade da jurisdição	337
4.1. Generalidades	337
4.2. Poder Judiciário como porta cujo uso deve ser justificado	338
4.2.1. Porta para direitos a uma prestação e para ações constitutivas não necessárias	338
4.2.2. Porta de urgência	339
4.2.3. Porta de controle	339
4.2.4. Porta-garantida	340
4.3. Porta necessária (ações necessárias)	340
5. Algumas conclusões sobre o perfil contemporâneo do acesso à justiça no Brasil	340
6. Acesso à justiça e litigância-abusiva	342
6.1. Introdução	342
6.2. Aproximações conceituais. A experiência dos Estados Unidos da América: <i>sham litigation</i> , <i>frivolous litigation</i> , <i>vexatious litigation</i> , <i>predatory litigation</i> , <i>improper litigation</i> e <i>strategic lawsuit against public participation</i> . Litigância repetitiva	349
6.3. A litigância-abusiva como ato ilícito violador da cláusula geral de boa-fé processual. A Recomendação n. 159/2024 do Conselho Nacional de Justiça	357
6.4. O Conselho Nacional de Justiça e o tratamento da litigância-abusiva	364
6.5. A litigância-abusiva em outras portas de acesso à justiça	367
6.6. Enfrentamento da litigância-abusiva	368

7.	Acesso à justiça sob a perspectiva das despesas processuais.....	375
7.1.	Gratuidade no acesso à justiça	376
7.2.	Assistência judiciária	377
7.3.	Despesas processuais e estrutura de incentivos ao comportamento no processo ...	379
7.4.	Despesas para a solução de problemas jurídicos e gratuidade em outras portas de acesso à justiça.....	382
7.5.	Financiamento processual (<i>third-party funding</i>).....	386
Capítulo 9 ▶ Devido processo		389
1.	Considerações gerais	389
2.	Conteúdo.....	390
3.	Devido processo e relações jurídicas privadas.....	391
4.	Devido processo e justiça multiportas.....	393
Capítulo 10 ▶ Interesse de agir		397
1.	Generalidades	397
2.	Evolução normativa e jurisprudencial acerca do interesse de agir	398
2.1.	Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia ...	398
2.2.	Panorama normativo e jurisprudencial no Brasil.....	398
2.3.	A experiência no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	406
3.	A reconstrução do interesse de agir no sistema brasileiro de justiça multiportas	410
3.1.	Generalidades	410
3.2.	Processo judicial.....	412
3.2.1.	Introdução: a reconstrução do “interesse-adequação”	412
3.2.2.	Ações constitutivas. O problema das “ações necessárias”	413
3.2.3.	Ações condenatórias. A questão da tentativa extrajudicial de solução do problema jurídico	416
3.2.4.	Ações declaratórias	418
3.3.	Interesse de agir e outras portas de acesso à justiça.....	419
Capítulo 11 ▶ Duração razoável do processo		421
1.	Generalidades	421
2.	Parâmetros para análise da duração razoável do processo	422
3.	A duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro	422
4.	Instrumentos para a concretização do direito à razoável duração do processo judicial	428
5.	Duração razoável do processo de solução de problemas jurídicos: a ressignificação do art. 5º, LXXVIII, da CF e do art. 4º do CPC no contexto do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	429

PARTE IV SUJEITOS E PORTAS

Capítulo 12 ▶ Poder Judiciário		437
1.	Premissas conceituais acerca da organização do Poder Judiciário	437
1.1.	Instância.....	437
1.2.	Varas e Juizados. Divisões territoriais.....	438
1.3.	Tribunais	439
1.4.	Núcleos de Justiça 4.0.....	440

1.5. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	444
1.6. Centros de Inteligência	445
2. Estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário.....	447
2.1. Introdução	447
2.2. Supremo Tribunal Federal.....	448
2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	449
2.4. Justiça Federal.....	451
2.5. Justiça Estadual e do Distrito Federal e Territórios	452
2.6. Justiça do Trabalho	453
2.7. Justiça Eleitoral	454
2.8. Justiça Militar.....	456
2.9. Justiça de paz.....	457
3. O Conselho Nacional de Justiça.....	459
4. Conselho Superior da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho	467
5. O Poder Judiciário e o tratamento adequado de problemas jurídicos	469
Capítulo 13 ► Árbitros, câmaras e tribunais arbitrais.....	473
1. Generalidades.....	473
2. Panorama normativo da arbitragem no Brasil	475
3. Características da arbitragem	478
4. Arbitragem e Poder Público	479
4.1. Aspectos gerais.....	479
4.2. Incompatibilidade com a cláusula <i>choice of law</i>	480
4.3. Preferência pela arbitragem institucional.....	481
4.4. Objeto.....	482
5. Interação entre a arbitragem e o Poder Judiciário.....	484
5.1. Generalidades	484
5.2. Cooperação interinstitucional. Carta arbitral.....	486
5.3. Conflito de competência	487
Capítulo 14 ► Câmaras de conciliação e mediação	489
1. Generalidades	489
2. Câmaras privadas de conciliação e mediação	489
3. Câmaras administrativas de mediação e conciliação	490
Capítulo 15 ► Tribunais administrativos	493
1. Generalidades.....	493
2. Os tribunais administrativos tributários.....	495
2.1. Modelo federativo e diversidade de configuração dos tribunais administrativos tributários.....	495
2.2. O papel dos tribunais administrativos tributários no sistema brasileiro de justiça multiportas	497
2.3. Julgamento de casos repetitivos no âmbito de tribunais administrativos tributários.....	500
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	501
3.1. Generalidades	501

3.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	502
3.2.1. Estrutura e composição	502
3.2.2. Competência	502
3.3. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	504
3.4. Autocomposição no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O termo de cessação de conduta e o acordo de leniência	505
3.5. Ilícitos concorrenciais, atuação do CADE, interação com o processo judicial e ações <i>follow on</i> e <i>stand alone</i>	508
3.5.1. Introdução	508
3.5.2. A cognição no CADE	509
3.5.3. Ações de reparação de danos concorrenciais <i>stand alone</i> e <i>follow on</i> : compreensão no contexto jurídico brasileiro	509
3.5.4. Tutela da evidência	512
3.5.5. Ilícitos concorrenciais e prescrição.....	513
3.5.6. Deferência judicial.....	517
4. Tribunal Marítimo.....	519
Capítulo 16 ► Tribunais de Contas.....	521
1. Generalidades	521
2. A posição dos Tribunais de Contas no sistema brasileiro de justiça multiportas	522
3. O processo de controle.....	525
3.1. Generalidades	525
3.2. Consensualidade e controle externo	526
4. Consulta aos Tribunais de Contas.....	529
Capítulo 17 ► Portas de regulação	531
1. Premissas conceituais.....	531
1.1. Regulação.....	531
1.2. Heterorregulação	532
1.3. Autorregulação	533
1.4. Corregulação	535
1.5. <i>Smart regulation</i>	535
2. Agências reguladoras	536
2.1. Generalidades	536
2.2. Autocomposição.....	537
2.2.1. Estímulo à solução consensual de problemas jurídicos no setor regulado ..	537
2.2.2. <i>Online dispute resolution</i> e agências reguladoras	539
2.2.3. Compromisso de ajustamento de conduta	541
2.3. Heterocomposição.....	541
2.3.1. O processo decisório nas agências reguladoras. A figura do “arbitramen- to”	541
2.3.2. Arbitragem em setores regulados.....	545
2.4. Interação com outras portas de acesso à justiça	547
3. Entidades de autorregulação	551
3.1. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).....	551
3.2. BSM Supervisão de Mercados.....	553

3.3. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.....	557
3.4. Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos profissionais.....	560
3.5. Justiça Desportiva	563
3.6. Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.....	565
3.7. <i>Oversight Board (Meta)</i>	568
Capítulo 18 ► Ministério Público	569
1. Introdução.....	569
2. Organização.....	570
3. O Conselho Nacional do Ministério Público	572
4. O Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas	575
4.1. Atuação perante o Poder Judiciário	575
4.2. Atuação extrajudicial.....	577
4.2.1. Generalidades	577
4.2.2. Outros instrumentos de atuação.....	578
4.2.3. Soluções consensuais no âmbito do Ministério Público	579
4.2.4. Atuação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica	584
4.2.5. Atuação perante serventias extrajudiciais	584
4.2.6. Atuação em arbitragens	585
5. Reorganização do Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	585
Capítulo 19 ► Defensoria Pública.....	587
1. Introdução.....	587
2. Organização.....	587
3. Defensoria Pública, justiça multiportas e acesso à justiça no Brasil	589
4. Atuação como <i>amicus curiae</i> e como <i>custos vulnerabilis</i>	594
Capítulo 20 ► Advocacia.....	597
1. O art. 133 da Constituição Federal e a advocacia no sistema brasileiro de justiça multiportas	597
2. A peculiaridade da advocacia para a solução consensual do problema jurídico	600
3. Advocacia dativa.....	601
4. Advocacia pública	603
4.1. Organização	603
4.2. A advocacia pública no sistema brasileiro de justiça multiportas	605
Capítulo 21 ► Serventias extrajudiciais	613
1. Os serviços notariais e de registro	613
2. Disciplina normativa das serventias extrajudiciais	616
2.1. Generalidades	616
2.2. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	617
3. As serventias notariais e de registro no Código de Processo Civil	622
4. As serventias extrajudiciais no sistema de justiça multiportas.....	623
4.1. Serventias extrajudiciais e acesso à justiça	623
4.2. Conciliação e mediação. Estímulo à solução consensual.....	626

4.2.1. Generalidades	626
4.2.2. Renegociação de dívidas protestadas e proposta de solução negocial prévia ao protesto	627
4.2.3. Negociação alusiva a precatório e a crédito reconhecido em sentença transitada em julgado.....	629
4.3. Cooperação interinstitucional.....	630
4.4. Desjudicialização da execução civil.....	631
Capítulo 22 ► <i>Dispute boards</i> – comitês de resolução de disputas	633
1. Generalidades.....	633
2. Natureza jurídica.....	635
3. Espécies	637
4. Composição do comitê.....	639
5. Interação com o Poder Judiciário ou o juízo arbitral.....	640
6. O paradigma do comitê de resolução de disputas para a condução do processo estrutural em âmbito judicial.....	642
Capítulo 23 ► Litigantes habituais.....	645
1. O litigante habitual no sistema brasileiro de justiça	645
2. Litigantes habituais e litigantes eventuais.....	646
3. O Poder Público como principal litigante habitual no Brasil	649
4. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da litigância habitual.....	651
4.1. Visão geral.....	651
4.2. Iniciativas exclusivas do próprio litigante habitual.....	652
4.3. Iniciativas de entes de controle e instituições privadas	654
4.4. Iniciativas no âmbito do Poder Judiciário.....	657
4.4.1. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos	657
4.4.2. Cooperação judiciária	658
4.4.2.1. Centralização de processos repetitivos.....	658
4.4.2.2. Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	660
4.4.2.2.1. Generalidades.....	660
4.4.2.2.2. O caso do “Ato Trabalhista”, ou plano especial de pagamento trabalhista, para a centralização de execuções contra entidades desportivas.....	663
4.4.2.2.3. Celebração de protocolos institucionais com litigan- tes habituais e dever de imparcialidade.....	664
4.4.2.2.4. Protocolos institucionais com entidades responsá- veis pela manutenção de ODR's.....	665
4.4.3. Mutirões de conciliação.....	665
4.4.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conci- liação e Mediação – SIREC	666
4.4.5. Centros de Inteligência	666
4.4.6. Núcleos de Justiça 4.0.....	668
4.4.7. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário.....	669
4.4.8. Publicização do comportamento	670

5. Execuções fiscais. O julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça	670
Capítulo 24 ► Litigantes vulneráveis	675
1. Generalidades	675
2. O Código de Processo Civil e as pessoas vulneráveis	676
3. A curatela especial e o dever judicial de zelar pela igualdade processual	679
4. Outras técnicas destinadas à adequação do processo para o acesso ao Poder Judiciário por litigantes vulneráveis	681
5. Algumas palavras sobre a indisponibilidade do direito e sua relação com os modos adequados de solução de problemas jurídicos	685
6. Pessoas com deficiência	688
7. Crianças e adolescentes	689
8. Pessoas idosas	691
9. Mulheres. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	692
10. Pessoas negras. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial	695
11. População LGBTQIAPN+	697
12. Indígenas e comunidades quilombolas	698
13. Pessoas em situação de rua	707
14. Excluídos digitais	710
15. Migrantes	711
16. Consumidores	712
17. Trabalhadores	713
Capítulo 25 ► Outros sujeitos e outras portas	715
1. Introdução	715
2. Poder Legislativo	716
2.1. Generalidades	716
2.2. Cassação de mandato	717
2.3. Julgamento de crimes de responsabilidade	717
3. Controladoria-Geral da União	719
4. Procon	721
5. Conselho Tutelar	722
6. Polícias	724
6.1. Generalidades	724
6.2. Mediação e conciliação	725
6.3. Concessão de medidas protetivas em casos de violência doméstica ou familiar... ..	727
6.4. Colaboração premiada	729
6.5. Conclusões	730
7. Escritórios de prática jurídica	731
8. Tribunais eclesiais	732
9. Tribunais consuetudinários e povos tradicionais	733
10. Associações, condomínios e grupos sociais	737
11. Sistema administrativo de conflitos de internet relativos a nomes de domínios “.br” (SACI-Adm)	739

PARTE V

ALGUNS SUBSISTEMAS DE JUSTIÇA MULTIORTAS

Capítulo 26 ► Justiça constitucional multiportas	747
1. A figura do guardião da Constituição	747
2. Manifestações do sistema de justiça multiportas na jurisdição constitucional	749
2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiportas e a jurisdição constitucional	749
2.2. Primeiro vetor: da justiça multiportas à jurisdição constitucional	749
2.3. Segundo vetor: da jurisdição constitucional à justiça multiportas. O papel da jurisdição constitucional na construção do sistema	750
3. Processos constitucionais e autocomposição	751
3.1. A promoção da solução consensual dos problemas jurídicos no âmbito da jurisdição constitucional	751
3.2. Exemplos	755
3.3. Processo de homologação de acordo extrajudicial no Supremo Tribunal Federal ...	764
3.4. Homologação de acordo e fixação de precedente	767
4. Deferência judicial, diálogo institucional e juízo de capacidades institucionais na jurisdição constitucional	768
4.1. Generalidades	768
4.2. Exemplos	769
Capítulo 27 ► Justiça eleitoral multiportas	773
1. Introdução	773
2. Compromisso de ajustamento de conduta em matéria eleitoral	773
3. A Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral e a autocomposição eleitoral ...	776
Capítulo 28 ► Justiça trabalhista multiportas	781
1. Introdução	781
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho	781
3. A autocomposição na solução de problemas jurídicos trabalhistas	790
3.1. Generalidades	790
3.2. Autocomposição coletiva	791
3.3. Autocomposição coletiva e o Supremo Tribunal Federal	794
3.4. Autocomposição individual	796
3.5. Homologação judicial de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E, CLT). A Resolução n. 586/2024 do CNJ	802
3.6. Reclamação pré-processual	805
3.7. Negócios processuais na Justiça do Trabalho	808
4. Arbitragem	809
5. Autotutela	812
Capítulo 29 ► Justiça penal multiportas	813
1. Introdução	813
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo Penal	816
3. A adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico em âmbito penal	818
4. O autorregramento da vontade no âmbito penal. Negócios jurídicos na justiça penal	822
5. Panorama normativo da consensualidade no Processo Penal	828

6.	Institutos relevantes na justiça penal multiportas.....	833
6.1.	Transação penal nos Juizados Especiais	833
6.2.	Suspensão condicional do processo	834
6.3.	Colaboração premiada	836
6.4.	Acordo de leniência	839
6.5.	Acordo de não persecução penal.....	841
6.6.	Mediação e conciliação em delegacias de polícia	843
6.7.	Concessão de medidas protetivas por autoridade policial	843
7.	Aplicação de sanções por povos tradicionais.....	844
8.	Autotutela: a legítima defesa. O art. 345 do Código Penal	844

PARTE VI CATALISADORES

Capítulo 30 ► Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional	849
1. Cooperação judiciária.....	849
1.1. Panorama normativo	849
1.2. Funções no sistema de justiça multiportas.....	852
1.3. Protocolos institucionais.....	854
1.3.1. Compreensão	854
1.3.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do Direito Processual	856
2. Articulação administrativa.....	858
2.1. Generalidades. O paradigma da articulação administrativa.....	858
2.2. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro	860
2.3. Formação compartilhada de precedentes administrativos vinculantes.....	861
Capítulo 31 ► Procedimentos probatórios preparatórios	863
1. Introdução.....	863
2. Produção antecipada da prova	864
2.1. A produção antecipada da prova no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	864
2.2. Produção antecipada da prova e arbitragem.....	866
3. Elementos probatórios produzidos por comissão parlamentar de inquérito	866
4. Inquérito civil	869
5. Outros procedimentos administrativos probatórios.....	870
6. Investigação direta (ou interna)	873
7. Procedimentos probatórios preparatórios e dever de apresentação das provas obtidas ...	875
Capítulo 32 ► Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas	877
1. Livre trânsito de técnicas entre portas de acesso à justiça	877
2. Livre trânsito entre portas	879
3. Conclusões	884
Capítulo 33 ► Tecnologia e justiça multiportas	885
1. Introdução.....	885
2. Premissas conceituais	887
2.1. <i>Big data</i>	887

2.2.	Algoritmo	888
2.3.	Inteligência artificial	889
3.	Da praça ao átrio: um tribunal digital multiportas	890
3.1.	Uma nova perspectiva para a Plataforma Digital do Poder Judiciário	890
3.2.	<i>Application Programming Interface</i> (API) e integração de portas de acesso à justiça	894
4.	Tribunais <i>online</i> . Inteligência artificial e solução de problemas jurídicos	895
4.1.	Generalidades	895
4.2.	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário	897
4.3.	Inteligência artificial e função decisória. "Tribunais algorítmicos"	899
5.	<i>Online dispute resolution</i> (ODR)	902
5.1.	Generalidades	902
5.2.	Modalidades de <i>online dispute resolution</i>	905
5.3.	<i>Online dispute prevention</i>	906
6.	A tecnologia <i>blockchain</i>	907
7.	<i>Smart contracts</i>	908
7.1.	Generalidades	908
7.2.	<i>Smart contracts</i> e arbitragem	909
7.2.1.	A tecnologia na arbitragem	909
7.2.2.	<i>Multi-signature address</i>	910
7.2.3.	<i>Blockchain oracles</i>	911
7.2.4.	<i>Crowdsourced arbitration</i>	912
7.3.	<i>Blockchain</i> , tokens e <i>smart contracts</i> nas serventias extrajudiciais	914
7.3.1.	O uso da tecnologia <i>blockchain</i> nas serventias extrajudiciais	914
7.3.2.	Tokenização e serventias extrajudiciais	915
7.3.2.1.	Generalidades	915
7.3.2.2.	A tokenização e os direitos sobre os imóveis	917
7.3.3.	<i>Smart contracts</i> e serventias extrajudiciais	919
7.4.	<i>Smart contracts</i> e autotutela	919
7.4.1.	"Mitos" sobre os <i>smart contracts</i>	920
7.4.1.1.	Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado	920
7.4.1.2.	Eliminação de ambiguidades	920
7.4.1.3.	Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos	922
7.4.2.	Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional	922
8.	Jurimetria e justiça multiportas	923
Capítulo 34 ► Negócios sobre o processo de solução de um problema jurídico		929
1.	Notas sobre a relação entre a liberdade e os métodos de solução de problemas jurídicos	929
2.	Criação de novas portas de acesso à justiça	932
3.	Interação entre portas de acesso à justiça: os negócios multiportas	933
4.	Pacto de <i>non petendo</i> e os negócios multiportas	936
5.	Interpretação dos negócios sobre a solução de um problema jurídico. Negócios de certificação	940

6. Negócios sobre o modo de solução de um problema jurídico no âmbito do processo administrativo.....	944
7. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça: negócios processuais de administração da justiça.....	946
7.1. Observação inicial	946
7.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC.....	947

Capítulo 35 ► Design de solução de problemas jurídicos.....	949
1. Introdução.....	949
2. Abrangência do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	950
3. Etapas do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	951
3.1. Generalidades	951
3.2. Realização do diagnóstico	953
3.3. Definição do modo mais adequado para a solução do problema jurídico	956
3.4. Execução e revisão.....	959
4. Algumas variáveis relevantes.....	959

PARTE VII

ENSINO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS NO BRASIL

Capítulo 36 ► Ensino (graduação e pós-graduação)	965
1. Nota introdutória.....	965
2. Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiportas no Brasil.....	966
3. Posição da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas	968
4. Conteúdo da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i>	970
4.1. Conceitos elementares.....	970
4.2. Características do sistema.....	971
4.3. Modos de solução de problemas jurídicos	971
4.4. Portas e sujeitos do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	971
4.5. Institutos catalisadores do sistema	971
4.6. Tecnologia e sistema de justiça	972
5. Proposta de disciplina na graduação em Direito.....	972
6. A disciplina <i>Sistema Brasileiro de Justiça</i> como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito	973
7. Conclusões	974

Referências bibliográficas	975
---	------------

LINHA DO TEMPO I ► Estruturação normativa do sistema de justiça multiportas

Atos normativos gerais (1966-)	1019
--------------------------------------	------

LINHA DO TEMPO II ► Desenvolvimento jurisprudencial do sistema de justiça multiportas

Decisões STF e STJ (1971-)	1023
----------------------------------	------

ENUNCIADOS	1027
-------------------------	-------------